



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

30 de junho de 2025



CNPJ 07.628.528/0001-59 Companhia Aberta

Relatório da Administração										
Mensagem da Administração 4T25: Encerramos o ano-safra 24/25 com Receita Líquida de R\$ 1,2 bilhão, crescimento de 5% em relação ao exercício anterior, composto por R\$ 877,4 milhões de produtos agrícolas e R\$ 241,3 milhões de vendas de fazendas. O Lucro Bruto somou R\$ 138,0 milhões e o EBITDA Ajustado foi de R\$ 267,3 milhões. No segmento imobiliário, concluímos a venda integral da Fazenda Preferência, na Bahia, por R\$ 141,4 milhões (valor nominal), com TIR estimada de 9,3% ao ano. Trata-se de uma área de aptidão agrícola limitada, localizada em região de baixa liquidez, cujo desenvolvimento demandou mais tempo que a média das demais propriedades da Companhia, tornando a transação um marco relevante em nossa trajetória. Ao longo de 2025, totalizamos R\$ 241,3 milhões em vendas de terras, incluindo a segunda etapa da Fazenda Alto Taquari e a conclusão da Fazenda Rio do Meio, realizadas em 2021 e 2022, respectivamente. Com isso, as vendas acumuladas nos últimos cinco anos atingiram aproximadamente R\$ 1,9 bilhão (média anual de R\$ 380,4 milhões), comprovando a consistência da nossa estratégia de aquisição, desenvolvimento e comercialização de propriedades rurais. Ainda sob a ótica imobiliária, nosso portfólio atingiu valor de mercado de R\$ 3,5 bilhões, segundo avaliação independente, o que representa um CAGR de 18% nos últimos 5 anos. Do ponto de vista operacional, enfrentamos mais um ano desafiador, marcado por condições climáticas adversas e complexidades na condução das lavouras. Como consequência, a produção de grãos e algodão ficou 9% abaixo das estimativas iniciais, resultado de três principais fatores: (i) redução da área plantada; (ii) impactos climáticos relevantes durante o ciclo produtivo; e (iii) dificuldades no manejo agrícola durante o desenvolvimento das lavouras. Em contrapartida, a estratégia de diversificação, com margens melhores na cana-de-açúcar e ganhos na pecuária, somada ao desempenho positivo da estratégia comercial e das operações de hedge, foram essenciais para mitigar parte desses efeitos e preservar margens em culturas-chave. Para a safra 25/26, projetamos um cenário favorável, com clima mais estável e ganhos de produtividade. Mesmo com a venda de propriedades, manteremos a área total plantada graças à incorporação de um novo arrendamento no Mato Grosso e à entrada em produção de áreas recentemente transformadas. Esperamos colher resultados superiores, impulsionados por boas condições climáticas, maior disciplina operacional e investimentos consistentes em tecnologia. A criação do nosso novo centro operacional agrícola (COA), será um marco para elevar a eficiência e acelerar a transformação digital de nossas lavouras. Encerramos este ciclo reafirmando nossa convicção na força do agronegócio e em nossa capacidade de transformar desafios em oportunidades. Seguiremos focados em eficiência, inovação e disciplina de capital, sempre orientados pelo propósito de gerar valor de forma sustentável para nossos acionistas e para toda a sociedade. Em 2025, celebramos ainda os 5 anos do Instituto BrasilAgro, um marco que simboliza nosso compromisso com a transformação social e com o impacto positivo nas comunidades em que atuamos. André Guillaumon, CEO BrasilAgro										
Demonstrações do Resultado - Exercícios Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)										
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	30.400	25.635	142.908	170.953	16	98.849	112.096	176.029	174.302
Titulos e valores mobiliários	6.2	-	136	16.908	22.941	17	154.532	16.890	355.841	177.311
Operações com derivativos	7	29.609	31.718	29.609	31.718		16.101	14.895	21.481	20.703
Contas a receber e outros créditos	8	117.748	107.635	429.465	414.997	7	15.402	69.190	15.492	69.190
Estoque	9	240.777	196.750	293.518	233.542	19	5.777	8.357	7.082	8.357
Ativos biológicos	10	127.587	119.942	265.440	210.335	30	-	745	-	-
Partes relacionadas	30	100.123	6.672	-	-	15	114.341	97.515	82.330	77.456
		646.244	488.489	1.177.848	1.084.486		405.002	319.687	658.255	527.319
Ativo não circulante mantido para venda	2.1	-	-	-	15.004		-	-	-	-
Não circulante							-	-	-	-
Titulos e valores mobiliários restritos	6.2	-	2.894	-	15.720		-	-	-	-
Operações com derivativos	7	10.973	6.757	10.973	6.757	16	502.165	480.739	529.678	504.627
Contas a receber e outros créditos	8	49.214	38.073	603.843	588.467	17	16.073	17.878	17.632	17.878
Ativos biológicos	10	32.345	26.930	32.345	26.930	18.1	-	-	36.880	19.719
Tributos diferidos	18.1	122.480	77.382	166.145	88.031	12	2.276	2.020	-	-
Propriedades para investimento	11	310.541	301.545	1.323.834	1.333.540	30	3.450	2.654	8.401	9.275
Partes relacionadas	30	3.646	2.979	2.822	2.968	19	17.363	24.556	17.363	24.556
Investimentos	12	1.820.066	1.976.744	1.335	2.734	15	294.571	309.644	343.454	284.604
Imobilizado	13	115.624	89.259	232.669	202.130	28	772	652	792	699
Intangível		5.047	4.430	5.095	4.479		836.670	838.144	1.001.019	898.084
Direitos de uso	14	303.220	322.028	280.093	233.836		1.241.672	1.157.831	1.659.274	1.425.403
		2.773.156	2.849.021	2.659.154	2.505.592	20.a	1.587.988	1.587.988	1.587.988	1.587.988
Total do ativo		3.419.400	3.337.510	3.837.002	3.605.082	20.b	(8.193)	(9.343)	(8.193)	(9.343)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.										
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)										
	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucro			Reserva de capital		Reserva de lucro	
		Gastos com emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Transações de capital entre sócios	Ações em tesouraria		Reserva legal	Reserva de investimento e expansão	Dividendos adicionais	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldo em 30 de junho de 2023	1.587.985	(11.343)	(13.309)	10.917	(11.031)	(50.807)	86.849	278.039	256.223	63.619
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(256.223)	-
Aumento de capital social	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Desbloqueio de ações oriundas de combinação de negócios	-	-	14.931	-	-	-	-	-	-	14.931
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	101.119	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.881)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	11.343	-	-	-	(11.343)
Constituição de reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	60.524	-	-	(60.524)
Dividendos não reclamados	-	-	-	-	-	-	6	-	-	6
Plano de incentivo baseado em ações - ILPA	-	-	-	1.800	-	-	-	-	-	1.800
Pagamento de ILPA	-	-	-	(8.337)	-	7.159	-	-	-	(1.178)
Pagamento de encargos sobre ILPA	-	-	-	(4.556)	-	-	-	-	-	(4.556)
Efeito na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.768
Saldo em 30 de junho de 2024	1.587.988	(11.343)	1.622	(176)	(11.031)	(43.648)	98.192	338.569	101.119	118.387
Saldo em 30 de junho de 2024	1.587.988	(11.343)	1.622	(176)	(11.031)	(43.648)	98.192	338.569	101.119	118.387
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.119)	-
Plano de incentivo baseado em ações - ILPA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	42.220	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.780)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	6.901	-	-	-	(6.901)
Constituição de reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	56.118	-	-	(56.118)
Efeito na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.463)
Saldo em 30 de junho de 2025	1.587.988	(11.343)	1.622	1.216	(11.031)	(43.648)	105.093	394.687	42.220	110.924
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.										
Demonstrações dos Valores Adicionados - Exercícios Findos em 30 de Junho (Em milhares de reais)										
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024	
Receitas	595.105	550.490	1.191.868	1.078.136		491.009	561.026	668.211	617.802	
Receita operacional bruta	538.476	504.078	901.730	795.780		491.009	561.026	668.211	617.802	
Ganho com venda de fazenda	-	-	180.086	248.375		72.286	70.148	92.041	86.896	
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	71.124	54.930	122.671	40.499		66.563	64.433	85.517	80.267	
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	(7.236)	(698)	(8.069)	(1.091)		4.955	4.348	5.662	5.022	
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.259)	(7.820)	(4.753)	(5.427)		768	1.367	862	1.607	
Reversão (provisão) de perdas esperadas com recebíveis	-	-	203	-		(28.486)	(47.572)	19.538	1.812	
Insumos adquiridos de terceiros	(514.191)	(472.700)	(784.790)	(693.017)		(33.785)	(51.765)	12.420	(3.568)	
Custo das vendas	(456.462)	(418.265)	(707.853)	(620.191)		4.960	3.686	6.111	4.082	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(57.729)	(54.435)	(76.937)	(72.826)		339	507	1.007	1.298	
Valor adicionado bruto	80.914	77.790	407.078	385.119		309.190	311.583	418.613	302.227	
Depreciação e amortização	(37.659)	(50.911)	(74.953)	(80.175)		308.923	311.171	417.906	301.590	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	43.255	26.879	332.125	304.944		267	412	707	637	
Valor adicionado recebido em transferência	447.754	534.147	336.086	312.858		138.019	226.867	138.019	226.867	
Equivalência patrimonial	237.880	356.828	(1.424)	(58)		138.019	226.867	138.019	226.867	
Receitas financeiras	209.874	177.319	337.510	312.916		-	-	-	-	
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.										
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras - 30 de Junho de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
1. Informações gerais: A BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("BrasilAgro"), ("Companhia") ou ("Controladora"), foi constituída em 23 de setembro de 2005 e possui sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1309, em São Paulo e filiais no Brasil nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, Piauí e São Paulo, assim como no Paraguai e Bolívia. A Companhia é controladora direta e indireta de empresas de capital fechado e tem como objeto social: (i) a exploração, importação e exportação de atividades e insumos agrícolas, pecuárias e florestal; (ii) compra, venda e locação de imóveis rurais/urbanos; e (iii) intermediação de natureza imobiliária de quaisquer tipos e administração de bens próprios e de terceiros. A Companhia e suas subsidiárias operam em 21 fazendas com área total de 249.846 hectares (266.249 hectares no exercício de 2024), sendo 173.253 hectares próprios e 76.593 hectares arrendados (201.032 hectares próprios e 65.217 hectares arrendados no exercício de 2024). São 18 (dezoito) fazendas no Brasil distribuídas em 6 estados, 1 (uma) fazenda no Paraguai e 2 (duas) fazendas na Bolívia. Esse total não leva em consideração 660 hectares sobre as vendas das fazendas Rio do Meio negociada em novembro de 2022 com transferência de posse realizada em maio de 2025 (Nota explicativa 2.1.2).										
2. Principais eventos ocorridos: 2.1 Vendas de fazendas: 2.1.1 Venda de fazendas realizadas no exercício anterior: Fazenda Chaparral: Em 14 de março de 2024, a subsidiária Imobiliária Cajueiro Ltda. celebrou o contrato de venda de 12.297 hectares (8.757 hectares úteis) da Fazenda Chaparral, propriedade localizada no município de Correntina - Bahia. O valor a ser pago foi definido em 3.031.783 sacas de soja, equivalentes a R\$ 415.071 na data da transação. Em 20 de março de 2024 o comprador efetuiu o pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 53.533. O saldo remanescente está demonstrado na Nota Explicativa 8.1 e será recebido em duas parcelas anuais, sempre em maio e agosto até 2030, totalizando 421.964 sacas de soja por ano. Em 20 de junho de 2024 foi realizada a transferência de posse sobre a área vendida. 2.1.2 Venda de fazendas realizadas no exercício corrente: Fazenda Rio do Meio II: Em 30 de setembro de 2024 a subsidiária Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda., transferiu aos compradores 190 hectares referente à venda da Fazenda Rio do Meio II, propriedade rural localizada no município de Correntina-Bahia. O valor a ser pago foi definido em 54.053 sacas de soja, equivalentes a R\$ 7.128 na data da transação e pago durante o exercício. Em 23 de maio de 2025 foram transferidos 660 hectares da mesma propriedade no valor de 75.454 sacas de soja, equivalentes a R\$ 10.064 na data da transação e será pago em parcelas anuais, com vencimentos em 31 de julho de 2027 a 2028. O contrato de Compra e Venda foi celebrado em 08 de novembro de 2022 e estabeleceu um cronograma de transferência de posse em quatro fases. A transação realizada em 23 de maio de 2025 corresponde à quarta e última fase desse cronograma. Alto Taquari IV: Em 26 de setembro de 2024 a subsidiária Imobiliária Mogno, transferiu aos seus compradores o saldo remanescente de 1.157 hectares sobre a venda da Fazenda Alto Taquari, propriedade rural localizada nos municípios de Alto Taquari e Araputanga - Mato Grosso, o valor a ser pago foi definido em 1.272.274 sacas de soja, equivalentes a R\$ 189.401 na data da transação e será pago em seis parcelas fixas anuais, com vencimentos em 31 de maio de 2025 a 2029. O contrato de Compra e Venda foi celebrado em 01 de setembro de 2021 e estabeleceu a transferência de posse em duas etapas, sendo a primeira entregue em 10 de outubro de 2021. Fazenda Preferência: Em 30 de junho de 2025, a Subsidiária Imobiliária Cajueiro, celebrou o contrato de venda de 17.799 hectares (12.413 hectares úteis) da Fazenda Preferência, propriedade localizada no município de Baiãoópolis - Bahia. O valor a ser pago foi definido em 452.342 arrobas de boi equivalentes a R\$ 140.400 na data da transação. Em 30 de junho de 2025 o comprador efetuiu o sinal no valor de R\$ 2.000 e em julho de 2025 o comprador efetuiu o pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 40.000 equivalentes a 135.703 arrobas de boi. O saldo remanescente de 316.640 arrobas de boi será pago em 6 em										

continuação

expandir a competitividade dos produtos, assegurando a sustentabilidade das operações e a estabilidade dos resultados mesmo em contextos adversos. Não houve alterações que impactassem as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2025. **2.7 Reforma Tributária:** A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada na criação de um IVA repartido: a CBS de competência federal, que substituirá o PIS e a COFINS, e o IBS de competência subnacional, que substituirá o ICMS e o ISS. Também foi criado o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, aplicável a produtos e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente. Em 17 de dezembro de 2024, o Congresso aprovou o PLP 68/2024, sancionado com veto em 16 de janeiro de 2025, resultando na Lei Complementar nº 214/2025. Este projeto tratou parcialmente da regulamentação da reforma, incluindo a determinação de criação, até 31 de dezembro de 2025, do Comitê Gestor do IBS. Outras regulamentações pendentes seguem em tramitação no PLP 108/2024, ainda não votado pelo Senado. A transição entre os sistemas antigo e novo ocorrerá entre 2026 e 2032. Os efeitos na apuração de tributos dependerão da regulamentação final, motivo pelo qual não há impacto nas informações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2025.

3. Políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo em disposição em contrário. **3.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("*International Accounting Standards Board*" - "IASB"), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo "IFRS Interpretations Committee (IFRIC® *Interpretations*)" ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Em 02 de setembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou as demonstrações financeiras e autorizaram sua divulgação. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico e no curso normal dos negócios, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 4. Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras, tais como volume de vendas, área total plantada e arrendada, número de fazendas e meio ambiente, não são informações financeiras históricas e, portanto, não foram examinados pelos auditores independentes. **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, em 30 de junho de 2025 e 2024. Abaixo é apresentado o percentual de participação da Companhia nas demais empresas que compõem o grupo.

Controladas (%)	País	30/06/2025	30/06/2024
Imobiliária Jorabandi Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Cremag Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Araucária Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Cajuero Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Ceibo Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Flamboyant Ltda.	Brasil	100	100
Agrifirma Agro Ltda.	Brasil	100	100
Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda. (i)	Brasil	100	100
Companhia Agrícola Novo Horizonte (i)	Brasil	100	-
Palmeiras S.A.	Paraguai	100	100
Agropecuária Moroti S.A.	Paraguai	100	100
Agropecuária Acres Del Sud S.A.	Bolívia	100	100
Ombú Agropecuária S.A.	Bolívia	100	100
Yuchán Agropecuária S.A.	Bolívia	100	100
Yatay Agropecuária S.A.	Bolívia	100	100

(i) Subsidiárias da Agrifirma Agro (controle indireto).

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de obtenção de controle, sendo consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. O investidor controla a investida quando está exposto, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrup, receitas e despesas são eliminados por completo nas demonstrações financeiras consolidadas. Portanto, o conjunto de empresas é denominado como "Grupo BrasilAgro".

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. A Companhia faz estimativas para o futuro com base em premissas. Por definição, as estimativas contábeis raramente são iguais aos respectivos resultados reais, mas são tão próximas que não são esperados ajustes relevantes. As estimativas e premissas que possuem maior grau de estimativa estão contempladas abaixo: a) **Demandas judiciais:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 28. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa

confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. A administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. b) **Ativos biológicos:** O valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial (Nota explicativa 10) foi determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e/ou cotação no mercado ativo, quando aplicável. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo, considerando a subjeividade de algumas premissas que compõe o cálculo de valor para este tipo de ativo. O julgamento inclui considerações sobre os dados como, por exemplo, preço, produtividade, custo de plantio e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo reconhecidos para ativos biológicos. Um aumento ou redução de 1% na produtividade esperada da cana de açúcar e dos grãos/algodão resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$ 3.013 e um aumento ou redução de 1% no preço da cana e dos grãos/algodão resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$ 3.864. Em relação ao café, a Companhia valoriza o seu plantel pelo seu valor justo com base em preços de mercado para a região. c) **Contas a receber - Recebíveis de venda de fazendas:** A Companhia realiza vendas de fazendas a longo prazo, cujo valor está atrelado ao preço da saca de soja. As vendas são contabilizadas a valor presente e, posteriormente, mensuradas pelo valor justo, em contrapartida ao resultado financeiro. O preço da saca de soja leva em consideração as seguintes premissas: preço da saca (CBOT (*Chicago Board of Trade*)), *basis*, custos portuários, logística, taxa de câmbio e CDI. A Companhia adota cotações do *basis* disponíveis em até um ano para parcelas de curto e longo prazo, pois não há valor de referência disponível no longo prazo. A partir do exercício anterior, para as cotações de *basis*, a Administração utilizou a seguinte premissa: as parcelas de curto prazo continuarão sendo atualizadas com base nas cotações disponíveis, enquanto para as parcelas de longo prazo será utilizada a média dos últimos quatro anos. A Companhia acredita que a nova estimativa reflete melhor a liquidez das parcelas de longo prazo. d) **Contraprestação variável:** Para as vendas que possuem a obrigação de medição oficial ao longo ou no fim do contrato, a Companhia adota o conceito de contraprestação variável, previsto no CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, e não reconhece 2,3% da venda até o momento da medição. Esse percentual, calculado com base no maior desvio histórico acrescido de margem de segurança, representa o risco de reversão proporcional no reconhecimento da venda, caso haja diferença entre a área negociada e a área entregue. A parcela não reconhecida da receita (2,3%) deverá ser contabilizada ao fim do processo. e) **Propriedades para investimentos:** O valor justo das propriedades para investimento divulgadas em notas explicativas das demonstrações financeiras foi obtido através da avaliação das fazendas, elaborado pelos especialistas da Companhia. A avaliação foi efetuada por meio de normas praticadas pelo mercado considerando a caracterização, localização, tipo de solo, clima da região, cálculo das benfeitorias, apresentação dos elementos e cálculo de valores de terrenos, que podem sofrer variações relacionadas a essas variáveis. **Metodologia utilizada:** Em 30 de junho de 2025, foi realizada a avaliação das propriedades para investimentos, para a metodologia aplicada foi considerada a análise comparativa ajustada pelas suas respectivas características: (i) O trabalho de avaliação utilizou como base, entre outras, as seguintes informações: (i) Informações históricas, (ii) localização das fazendas, (iii) área total e seus respectivos percentuais de abertura e utilização; (iv) O valor de mercado apresentado para a fazenda corresponde à parcela de terra nua, para pagamento à vista, não incluindo máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, culturas. O fator de correção do solo (preparação da terra para plantio) foi considerado na ponderação dos preços; (iii) O valor das terras destinadas à agricultura, na região pesquisada, tem como referência o preço da saca de soja para as unidades brasileiras, e em Dólar por hectare para as unidades no Paraguai e Bolívia. Os valores unitários das fazendas à venda (pesquisas de mercado) foram obtidos em sacas de soja por hectare ou USD por hectare. Sendo assim, o valor em reais (R\$) da propriedade varia diretamente em razão da variação do preço da saca e variação do Dólar; e f) **Imposto de renda diferido:** A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, conforme descrito na Nota explicativa 18, com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica elaborado pela Companhia. g) **Arrendamentos:** A Companhia analisa seus contratos de acordo com os requisitos da CPC 06 (R2)/IFRS 16 e reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento para as operações de arrendamento as quais os contratos se enquadram no escopo da norma. A Companhia avalia fatores econômicos e estratégicos para decidir se irá exercer opções de prorrogação ou evitar a rescisão de contratos de arrendamento. A inclusão de períodos adicionais só ocorre quando há evidências suficientes de que essas decisões refletem a intenção real da Companhia. A Administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e alugueis, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto as quais se apresentam dentro de um intervalo de 7,04% a 16,76% (6,56% a 16,76% em 30 de junho de 2024). Nos casos em que os pagamentos são indexados a saca de soja, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data base da adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, e ajustados ao preço corrente na data do balanço. Já para os pagamentos indexados ao Consecana, os pagamentos são fixados em toneladas de cana e convertidos para moeda nacional através do Consecana vigente à época. Os pagamentos efetuados em produtos (sacas de soja) são reconhecidos na demonstração de fluxo no grupo operacional.

5. Patrimônio líquido

a) Capital social (em quantidade de ações)

	30/06/2025		30/06/2024	
Cresud	35.138.225	34,2%	35.138.225	34,2%
Charles River Capital	9.428.001	9,2%	10.929.540	10,6%
Elie Horn	6.072.969	5,9%	6.098.269	5,9%
Administradores	1.174.774	1,1%	859.339	0,8%
Tesouraria	3.067.987	3,0%	3.067.987	3,0%
Outros	47.801.488	46,6%	46.590.084	45,4%
Total ações do capital integralizado	102.683.444	100%	102.683.444	100%
Total de ações em circulação	63.302.458		63.617.893	

O valor apresentado na rubrica "total de ações em circulação" está líquido das ações em tesouraria

O valor apresentado na rubrica "total de ações em circulação" está líquido das ações em tesouraria

Conselho de Administração					
Eduardo S. Elsztein Presidente do Conselho da Administração	Alejandro G. Elsztein Membro do Conselho da Administração	Saul Zang Membro do Conselho da Administração	Carlos María Blousson Membro do Conselho da Administração	Alejandro Gustavo Casaretto Membro do Conselho da Administração	Isaac Selim Sutton Membro do Conselho da Administração
			Isabella Saboya Membro do Conselho da Administração	Efraim Horn Membro do Conselho da Administração	Eliane Aleixo Membro do Conselho da Administração
Diretoria			Conselho Fiscal		Contador
André Guillaumon CEO	Gustavo Javier Lopez CFO e Diretor de Relações com Investidores	Wender Vinhadelli Diretor de Operações	Marcos Paulo Passoni Membro do Conselho Fiscal	Ivan Luisotto Alexandre Membro do Conselho Fiscal	Marcos Alexandre da Silva Peres CRC - 1SP239197/0-5
Parecer do Comitê de Auditoria			Parecer do Conselho Fiscal		Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
1. Os membros do Comitê de Auditoria da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, eleitos em reunião de Conselho de Administração, realizada em 7 de novembro de 2023, com mandato de 2 (dois) anos, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 24/25, findo em 30 de junho de 2025 ("Demonstrações Financeiras de 24/25"). 2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da <i>PricewaterhouseCoopers ("PwC")</i> , emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Comitê de Auditoria concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 24/25 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 24/25 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board ("IASB")</i> e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, sendo, portanto, recomendada sua aprovação ao Conselho de Administração para submissão à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, a realizar-se em 22 de outubro de 2025. 3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração. São Paulo, 1º de setembro de 2025.			1. Os membros do Conselho Fiscal da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de outubro de 2024, com mandato de 1 (um) ano, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 2024/2025, findo em 30 de junho de 2025 ("Demonstrações Financeiras de 24/25"). 2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da <i>PricewaterhouseCoopers ("PwC")</i> , emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Conselho Fiscal concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 24/25 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 24/25 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board ("IASB")</i> e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, devendo, portanto, ser encaminhados à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se em 22 de outubro de 2025. 3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração. São Paulo, 1º de setembro de 2025.		Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2025. São Paulo, 03 de setembro de 2025. André Guillaumon - CEO Gustavo Javier Lopez - CFO e Diretor de Relações com Investidores
Parecer do Conselho Fiscal			Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente		
1. Os membros do Conselho Fiscal da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, eleitos na Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de outubro de 2024, com mandato de 1 (um) ano, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 2024/2025, findo em 30 de junho de 2025 ("Demonstrações Financeiras de 24/25"). 2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da <i>PricewaterhouseCoopers ("PwC")</i> , emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Conselho Fiscal concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 24/25 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 24/25 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board ("IASB")</i> e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, devendo, portanto, ser encaminhados à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se em 22 de outubro de 2025. 3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração. São Paulo, 1º de setembro de 2025.			Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2025. São Paulo, 03 de setembro de 2025. André Guillaumon - CEO Gustavo Javier Lopez - CFO e Diretor de Relações com Investidores		
Fabiano Nunes Ferrari - Coordenador do Comitê de Auditoria	Isaac Selim Sutton - Membro do Comitê de Auditoria				
		Ivan Luisotto Alexandre - Presidente do Conselho Fiscal	Geraldo Affonso Ferreira - Membro do Conselho Fiscal	Marcos Paulo Passoni - Membro do Conselho Fiscal	

Aos Administradores e Acionistas **BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Estimativa do valor justo das propriedades para investimento para fins de divulgação:** Em 30 de junho de 2025, o saldo de propriedades para investimento, representado pelas terras e respectivas infraestruturas de fazendas, mensuradas ao custo, líquido das depreciações acumuladas, totalizava R\$ 1.323.834 mil no Consolidado, cujo respectivo valor justo correspondia a R\$ 3.615.837 mil, conforme descrito na Nota 11. O processo de estimativa do valor justo pela Companhia, requer o envolvimento de especialistas e o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como localização das fazendas, tipo de solo, clima da região, área total, percentual de abertura e cálculo das benfeitorias. Assim como no exercício anterior, este assunto permaneceu como um dos principais assuntos de auditoria em função da representatividade desse ativo, bem como o fato de utilizar premissas subjetivas para definição do valor justo dos ativos, o que envolve grau elevado de julgamento da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Aspectos relevantes das nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Obtenção do entendimento e teste dos principais controles internos relacionados aos processos de avaliação e determinação do valor justo. (b) Avaliação da razoabilidade das principais premissas, entendimento das principais variações do período e revisão retrospectiva das projeções. Também efetuamos teste da metodologia e modelo de avaliação utilizado para mensuração do valor justo, bem como em sua coerência geral lógica e aritmética. (c) Análise da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relacionadas a esse assunto. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo das propriedades para investimento, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos. **Porque é um PAA: Mensuração ao valor justo dos ativos biológicos:** Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentava saldo de R\$ 159.932 mil na Controladora, e de R\$ 297.785 mil no Consolidado, na rubrica "Ativos biológicos", classificados entre ativo circulante e ativo não circulante, conforme o prazo de safra/corte dos produtos agrícolas. Conforme descrito nas Notas 3.9, 4(b) e 10, os ativos biológicos correspondem às culturas de grãos, algodão, cana-de-açúcar e gado e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Companhia sobre premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à: (i) área plantada, (ii) produtividade, (iii) quantidade, (iv) preço futuro de mercado ativo, (v) custos de plantio e produção e (vi) taxa de juros para desconto dos fluxos de caixa. Mantivemos este assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função dos riscos inerentes à subjeividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento pela Companhia e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Aspectos relevantes das nossas respostas de auditoria

envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Entendimento e testes dos principais controles internos estabelecidos pela Companhia para a mensuração desses ativos. (b) Efetuamos testes da metodologia utilizada no modelo matemático, bem como da consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com indicadores-chave de monitoramento, dados internos da Companhia aprovados pela administração e dados externos públicos relacionados ao setor. (c) Comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas contabilizações, dentre elas a classificação entre ativos circulante e não circulante, e divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos. **Porque é um PAA: Reconhecimento e mensuração da receita de venda própria de grãos agrícolas para preços de venda estabelecidos por volume de commodities:** No exercício findo em 30 de junho de 2025, as controladas reconheceram ganhos com vendas de propriedades agrícolas no montante de R\$ 180.086 mil, conforme divulgado nas Notas 2.1, 4 (c) e 22 (b). O reconhecimento de receita e seu correspondente ganho decorrente da venda de propriedade agrícola considera premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da Companhia, incluindo a definição de preços futuros de *commodities* agrícolas, em transações que o recebimento está relacionado com volume e variação do preço de *commodities*, período de recebimento e forma de atualização dos créditos decorrentes dessas transações, taxas de desconto, entre outras. Adicionalmente, reconhecimento da venda de terras envolve análises detalhadas dos dados contratuais para a determinação das condições em que ocorrem a transferência do controle e titularidade das terras para a determinação do período correto de reconhecimento dessas receitas e ganhos. Novamente, consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, incluindo os saldos a receber dessas transações de vendas de terras, assim como pelo fato de que as variações nas premissas adotadas pela Companhia podem impactar na mensuração das transações e saldos e, consequentemente, o reconhecimento dos valores e os resultados das operações. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Obtenção do entendimento e teste dos principais controles internos relacionados aos processos de reconhecimento de receita de venda de terras e determinação do valor de venda. (b) Análise dos contratos de venda, juntamente com as evidências e análises da transferência de controle. (c) Testes dos saldos de contas a receber na data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos recebidos no exercício. (d) Envio de cartas de confirmação às contrapartes para confirmação da ocorrência da transação e posição em aberto em 30 de junho de 2025. (e) Teste de corte de competência das receitas. (f) Análise da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relacionadas a esse assunto. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração e reconhecimento da receita de venda de terras, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Release de Resultados 4T25" ("Relatório da Administração"). Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não tememos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

e da Administração (ações e veículos detidos pelos membros dos conselhos de administração, fiscal, auditoria e diretoria estatutária). A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independente da reforma estatutária, até o limite de R\$ 3.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 1.587.988 (R\$ 1.587.988 em 30 de junho de 2024). **b) Reserva de Capital:** As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. **Ágio na emissão de ações:** A reserva de ágio na emissão de ações foi constituída na aquisição da subsidiária Agrifirma em 27 de janeiro de 2020. A transação foi realizada por meio da transferência de ações e gerou diferença entre o aumento do capital social e o acréscimo do patrimônio líquido, dando origem à reserva. Criou-se a reserva, de natureza contábil, porque o aumento do capital foi calculado com base no patrimônio líquido da Agrifirma Holding (empresa incorporada no processo) em 30 de junho de 2019, enquanto o aumento patrimonial considerou apenas uma das três classes de ações envolvidas no acordo (Ações não restritas). As outras duas classes de ações que compõem o preço foram classificadas no passivo (Nota explicativa 19). O quadro abaixo demonstra a formação da reserva:

	Quantidade de ações	Valor (R\$)
Ações não restritas	4.402.404	97.569
Ações com restrição de venda	812.981	18.018
Ações emitidas na relação de troca inicial/Aumento do capital	5.215.385	115.587
Ações não restritas (relação de troca final)/Aumento patrimonial	4.044.654	82.021
Reserva de ágio na emissão de ações		(33.566)
Transferência (devolução) de ações		35.188
		1.622

Adicionalmente, o acordo de compra da Agrifirma prevê a possibilidade de reajuste de preço, caso determinadas contingências, identificadas na data da transação, se materializem e causem prejuízos para a Companhia ou para os acionistas vendedores. O contrato garante às partes a possibilidade de liquidar a obrigação em dinheiro ou em ações da Companhia. Para isso, um certo número de ações transacionadas no acordo segue bloqueado como garantia. O saldo bloqueado vem sendo baixado e atualmente é de R\$ 610, as baixas foram realizadas pelo término do período de bloqueio e pelos acordos firmados posteriormente que permitiram a liberação antecipada. **Pagamento baseado em ações:** As provisões contabilizadas referentes ao Plano ILPA totalizam R\$ 3.192. Já o montante remanescente dos planos encerrados apresenta um saldo de (R\$ 1.976), resultando em um saldo em aberto de R\$ 1.216 em 30 de junho de 2025 ((R\$ 176) em 30 de junho de 2024) (Nota explicativa 24). **c) Reservas de lucro: Reserva legal:** Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 e artigo 36, alínea (a) do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia apurado ao final de cada exercício social, será, obrigatoriamente e antes de qualquer outra destinação, aplicado para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo da reserva, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o inciso 1º, do artigo 182, da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **Reserva de investimento e expansão:** Conforme artigo 36, alínea (c), do Estatuto Social, artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá destinar a parcela remanescente do lucro líquido ajustado do exercício social findo, à reserva para investimento e expansão, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **d) Dividendos:** Em 22 de outubro de 2024, a Companhia aprovou o pagamento de dividendos por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária referente às demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024. O valor de R\$ 53.881 se refere a dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 101.119 como dividendos adicionais propostos, o pagamento dos dividendos declarados foi realizado em 12 de novembro de 2024. De acordo com o Estatuto Social, artigo 40, os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. Nos termos do artigo 36, do Estatuto Social da Companhia, o lucro apurado no exercício social, terá a seguinte destinação após a constituição da reserva legal: (i) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, serão destinados ao pagamento de dividendos obrigatórios e (ii) a parcela remanescente, poderá ser destinada a pagamentos de dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral e (iii) a reserva para investimento e expansão nos termos da Lei 6.404/76. A proposta de destinação do lucro do exercício de 30 de junho de 2025 é a seguinte:

30/06/2025	30/06/2024
Lucro líquido do exercício	138.019
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido)	(6.901)
Lucro líquido ajustado	131.118
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	(32.780)
(-) Dividendos adicionais propostos - 32% do lucro ajustado	(42.220)
Dividendos propostos sobre o lucro	(75.000)
Total de dividendos	(75.000)
Constituição de reserva para investimentos e expansão	56.118
Total ações do capital integralizado (lote de mil)	102.683
(-) Ações em tesouraria (lote de mil)	(3.068)
(=) Ações em mercado (lote de mil)	99.615
Dividendo por ação (R\$)	(0,75)
e) Ajuste de avaliação patrimonial: Em 30 de junho de 2025, os efeitos da variação da taxa de câmbio resultante da conversão das informações financeiras das empresas no exterior, apresentaram o efeito negativo de R\$ 7.463 (R\$ 54.768 em 30 de junho de 2024), sendo o efeito acumulado de R\$ 110.924 (R\$ 118.327 em 30 de junho de 2024). f) Ações em tesouraria: Nos termos do art. 20, item XII, do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social, deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação. Ações em tesouraria	
Quantidade de ações	Valor (R\$)
Em 30 de junho de 2024	3.067.987
Em 30 de junho de 2025	3.067.987

Conselho de Administração	
Isabella Saboya Membro do Conselho da Administração	Efraim Horn Membro do Conselho da Administração
Eliane Aleixo Membro do Conselho da Administração	
Contador	
Geraldo Affonso Ferreira Membro do Conselho Fiscal	Marcos Alexandre da Silva Peres CRC - 1SP239197/O-5